

DE UM LADO, O BRASIL QUE DEU CERTO; DO OUTRO, O REAL

Por Thiago Cara

Após 8 anos de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ex-retirante pernambucano que saiu do chão de fábrica para ocupar o mais alto posto do sistema político nacional, o balanço de seu mandato não poderia ser melhor. Lula encerra seu ciclo à frente da Presidência da República com mais de 80% de aprovação popular, é tido por inúmeras publicações mundiais entre as personalidades mais importantes do planeta e, claro, é o cara, segundo o presidente dos Estados Unidos Barack Obama.

E os elogios não ficam restritos à figura de Lula, o Brasil também ganhou notoriedade na mídia internacional, entre outras coisas, por sua política externa – marcando posição contra o golpe em Honduras, mantendo boas relações com países como Venezuela, Cuba e Irã – e atuação econômica à frente do grupo dos chamados “países emergentes”. Até o direito de sediar Copa do Mundo e Olimpíadas o Brasil conquistou. Pode-se dizer que nunca antes na história desse país havíamos alcançado vôos tão altos.

Internamente, também não há como negar que aconteceram avanços nesse período - o aumento real do salário mínimo ultrapassou os 50%, o número de benefícios dos programas sociais é quatro vezes maior, hoje todo campo brasileiro tem acesso à iluminação, os índices de desemprego caíram quase que pela metade. Mas, será mesmo que toda essa euforia, nacional e internacional, se verifica de fato? Por quanto tempo tende a durar, longe da capacidade de Lula de conciliar interesses opostos, todas essas conquistas?

Primeiramente, é importante compreender a hipótese de um realinhamento eleitoral levantada pelo cientista político André Singer, em artigo publicado na revista *Novos Estudos*, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), em novembro de 2010, onde o ex-porta-voz do presidente analisa a evolução do fenômeno que ele chama de “lulismo”, que basicamente consiste no amparo que Lula encontrou no eleitorado de baixíssima renda, ou o “subproletariado”.

Segundo Singer, em 2006, setores de classe média que acreditavam e sempre haviam votado no projeto representado por Lula e o PT o deixaram de fazer, sendo substituídos por eleitores de baixíssima renda – que até então nunca tinha votado naquela proporção em Lula. É a mesma base de sustentação, por exemplo, que havia, nas urnas, derrotado o ex-metalúrgico na corrida eleitoral de 1989, contra Fernando Collor.

Os possíveis motivos para esse novo cenário se debruçam nas medidas de distribuição de renda adotadas por Lula, que atendem a uma fatia da população que, quando empregadas, sequer tem acesso à organização sindical, por exemplo, aliadas à manutenção da estabilidade e ordem do país – o que é compreensível quando

Ao mesmo tempo em que país é louvado no cenário internacional, internamente população ainda enfrenta antigos dilemas



“O CRISTO QUE OBSERVA DE PERTO AO GOVERNO LULA, NÃO É NECESSARIAMENTE O MESMO QUE DECOLA NA MÍDIA INTERNACIONAL”



estamos tratando da parcela mais fragilizada da sociedade de classes. Essa explicação ajuda a entender porque, para Singer, o lulismo reúne elementos de esquerda e direita.

Diminuição da pobreza – Na mesma época em que pairavam sobre o Planalto denúncias em relação ao escândalo do mensalão, em 2004, se intensificava no país um processo de diminuição significativa da pobreza. A tríade formada pelo Programa Bolsa Família, o aumento do salário mínimo e a expansão do crédito consignado, enfim, colocavam a pretensão de Lula, desde 89, de dialogar com a periferia, em prática.

O Programa Bolsa Família, lançado a partir do final de 2003, iniciou uma gradual melhora na vida dos mais pobres. A princípio, o que parecia ser apenas a unificação dos programas de transferência de renda herdados do governo de Fernando Henrique Cardoso mostrou-se ser algo mais amplo. Em 2004, o programa já recebia verba 64% maior e no ano seguinte um aumento de outros 26%, mais do que duplicando o número de famílias atendidas de 3,6 milhões para 8,7 milhões, em dois anos. Hoje, a quantidade de beneficiários gira em torno de 12,7 milhões.

Os principais resultados do programa podem

ser notados nos 36 milhões de brasileiros que se inseriram, segundo a definição de mercado, na “classe C” e os 28 milhões que saíram da linha de pobreza. Entretanto, esses números não podem, nem devem, ser analisados isoladamente. Os atuais níveis de pobreza brasileiros, que inclusive englobam famílias já contempladas com o Bolsa Família, mostram que não há motivo para comemoração.

Estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) afirmam que ainda existem 18 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza. Desses, segundo levantamento do Ministério do Desenvolvimento Social, 5,3 milhões já são beneficiários do Programa Bolsa Família, ou seja, 42% do número total de famílias ajudadas não conseguem superar a condição de extrema pobreza com os atuais benefícios.

A sucessora do presidente Lula, Dilma Rousseff, já anunciou que tem como meta principal de governo a erradicação da pobreza até, no máximo, 2014, acenando com a possibilidade de consegui-la antes, em 2012. Para isso, seguindo a política assistencialista, seria necessário, ao menos, um aumento na receita do programa, uma política de reajustes e garantia de acesso a cerca de 230 mil famílias de miseráveis que seguem não cadastradas no Bolsa Família.

Por fim, em relação à transferência de renda – mas não menos importante –, uma pergunta se faz fundamental. Após a divulgação do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre a América Latina e o Caribe, que aponta a região como a mais desigual do mundo e o Brasil à frente apenas de Haiti e Bolívia em termos de distribuição de renda – sendo que, no âmbito global, tirando os dois países latinos, apenas Madagascar, Camarões, Tailândia e África do Sul têm uma distribuição pior que a brasileira –, será que é mesmo possível uma efetiva transferência de renda sem, no mínimo, um questionamento da ordem pré-estabelecida e do modelo atual vigente, que segue concentrando na mão de 1% dos mais ricos, uma renda similar a de 50% dos mais pobres?

O salário mínimo e a aposentadoria – Um programa mais abrangente, e eficiente, na redistribuição de renda e na conseqüente melhora na qualidade de vida dos brasileiros, passa obrigatoriamente por uma política de valorização do salário mínimo, aliada a uma aposentadoria justa ao trabalhador – sem mencionar, é claro, a garantia do pleno emprego por parte do Estado. Ao considerarmos que aproximadamente um terço dos trabalhadores brasileiros sobrevive com apenas um salário mínimo, essa demanda se mostra ainda mais urgente.

Segundo dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 26,9 milhões de brasileiros, 29,08% do número total de trabalhadores ocupados do país, recebem apenas um salário mínimo. Recebem até dois mínimos, 55,5 milhões de trabalhadores, e até três, 66,2 milhões – totalizando 71,64% dos ocupados. Entre os aposentados esse número é ainda mais expressivo, são 18,5 milhões de pessoas, quase 70% do total, vivendo do mínimo. Na faixa de uma a dois mínimos existem 3,5 milhões de aposentados (13,37% do total) e entre dois e três quase dois milhões (7,21%).

Durante os dois mandatos de Lula, aparentemente, essas questões, paralelamente aos programas de assistência social, não foram deixadas de lado. O salário mínimo atingiu um aumento real de 53,67% e, recentemente, foi aprovado pelo presidente o reajuste de 7,7% para os aposentados – índice maior do que o negociado com as centrais sindicais.

Para se ter idéia do que representa o aumento salarial em relação à gestão FHC, quando Lula foi eleito presidente, o valor do salário mínimo era de R\$200, hoje, ao fim do governo do petista esse valor se encontra na casa dos R\$538. Inegavelmente, uma recuperação em seu poder real de compra, inclusive, o maior no período recente. Todavia, em ambos os casos, muito longe daquilo necessário para garantir aquilo que é previsto ao trabalhador via Constituição Federal.

Em seu artigo 7º, item IV, a Constituição define que é direito dos trabalhadores urbanos e rurais o “salário mínimo fixado por lei, nacionalmente unificado, capaz de atender suas necessidades vitais básicas e as de sua família, com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim”. Ou seja, os direitos assegurados constitucionalmente são o mínimo exigido para que uma família desfrute de uma existência digna.

Dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) apontam que para atingir esses objetivos o salário

mínimo nacional deveria ser, em outubro de 2010, R\$ 2.132,90, portanto, quase quatro vezes mais do valor que é pago atualmente. Ainda que com a aprovação da Lei 12.255, que estabelece uma política permanente de valorização do mínimo até 2023 – tendo como critério o repasse da inflação do período entre as suas correções, mais um aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de sua correção até ser fixada em janeiro –, os horizontes não apontam para valores sequer próximos aos indicados pelos estudos do DIEESE.

Na comparação com outros países da América do Sul, que têm características próximas um PIB inferior ao brasileiro, o valor do salário mínimo pago aqui também se mostra desvalorizado. Segundo dados do site ‘Tu Salario’, a Argentina lidera o ranking continental, com um mínimo mais de duas vezes maior que o nosso, U\$676, seguida do Paraguai. O Brasil ocupa apenas a oitava posição com U\$310, estando à frente apenas de Uruguai e Bolívia.

Em relação à aposentadoria, o buraco é ainda mais em baixo. Como parte da reforma da Previdência, do então presidente FHC, em 1999, foi instituído o fator previdenciário, uma lei que reduz em cerca de 40% as aposentadorias dos que integram o Regime Geral da Previdência, prejudicando, principalmente, os trabalhadores aposentados mais pobres.

O fator previdenciário calcula o valor do benefício da aposentadoria (com exceção à especial e a por invalidez) levando em conta a idade, o tempo de contribuição ao INSS e a expectativa de

sobrevida. Ou seja, quando o IBGE divulgou os dados dando conta que a expectativa média de vida do brasileiro subiu de 72,9 anos para 73,2, a idade mínima para se aposentar também aumentou.

O que cientificamente pode ser considerado um avanço a ser comemorado, para a economia e, principalmente, para os aposentados é uma dor de cabeça sem tamanho. Quando o trabalhador acredita estar próximo de se aposentar com direito a 100% dos benefícios, a expectativa de vida aumenta e ele tem de ficar mais tempo trabalhando. É algo como aquele cachorro que está sempre na perseguição de seu próprio rabo e, não por acaso, nunca alcança.

No governo Lula, todo cenário se desenhou para a derrubada do redutor. Os aposentados se mobilizaram e Câmara e Senado aprovaram a medida. Entretanto, sob alegação do desequilíbrio orçamentário, o presidente mostrou que o Brasil para todos, lema de seu governo, talvez não contemple os aposentados e vetou o fim do fator, frustrando as expectativas de avanço real para o setor.

Portanto, no período que se inicia deve ser prioritária a mobilização dos trabalhadores e do movimento sindical na luta pelo aumento do salário mínimo, de acordo com o previsto pela Constituição, e pela derrubada da principal pedra do caminho da aposentadoria, o fator previdenciário. Até o momento, o trabalhador tem muito pouco a comemorar, apesar dos avanços serem reais, ainda estão distantes de atenderem às reais necessidades do brasileiro.

“**O BRASIL, DA 8ª MAIOR ECONOMIA MUNDIAL E DECISIVO NA FORMAÇÃO DO BRIC, AINDA FIGURA ENTRE OS MAIS DESIGUAIS DO MUNDO**”



Ricardo Stuckert

Os sindicatos e os movimentos sociais

– Quando Lula chegou ao poder, muita expectativa foi criada entre sindicalistas e militantes dos movimentos sociais sobre como seria o mandato de um ex-metalúrgico, cujas principais experiências políticas haviam sido à frente de sindicatos. Depois de 8 anos, de fato, não se viu a criminalização generalizada que caracterizou o período anterior, mas a criação de uma ‘República Sindical’, que tantos apontam, também não é, necessariamente, uma conquista da classe trabalhadora em geral.

O modelo do sindicalismo militante e combativo, que enfrentou a ditadura e lutou pela democracia nos anos 80, vem passando, desde a década de 90, por uma série de crises, que tem acentuado o processo de burocratização sindical e aumentando o afastamento das direções em relação às bases. À partir do governo Lula, curiosamente, esse processo se intensificou, trazendo ainda mais complexidade ao cenário dos movimentos sociais.

Em 2002, Lula trouxe consigo um importante conjunto de lideranças desses movimentos para dentro do governo. O Ministro do Trabalho, por exemplo, acabou sendo o ex-presidente da CUT, Luiz Marinho. Portanto, toda aquela expectativa por participação do processo de formulação das políticas e dos próprios cargos públicos era plenamente compreensível.

O que acabou se verificando posteriormente, na verdade, foi uma perda na diferença entre o que era movimento e o que era governo, e o que, em tese, fortaleceria a luta, contribuiu ape-

nas para desarticular a capacidade de pressão dos movimentos sociais. O movimento sindical acabou tornando-se um sindicalismo de negócio, que negocia suas pautas e demandas e cede em função de ganhos concretos, quase se tornando um simples braço governamental.

Se, por um lado, o salário aumentou, houve um grande retrocesso político na luta dos trabalhadores organizados. Evidente que esse não é um quadro geral e ainda restam movimentos que lutam por direitos universais de maneira autônoma, mas parecem, cada vez mais, ser apenas a exceção que confirma a regra.

Para se dar idéia de como o desprendimento do “petismo” e do “lulismo”, que Singer aponta em seu artigo, dialoga com esse novo cenário, quando, em 1980, os movimentos sociais questionavam a institucionalidade pública e se recusavam a participar de fóruns de negociação, era por acreditarem que isso seria cooptação. Com o surgimento do PT nada disso mudou, pois aquele não era um partido que se proporia a “administrar o capitalismo”. Infelizmente, o discurso ficou nos anos 80. O partido, quando entrou na administração pública, parece que não perdeu apenas sua ligação com a base.

Política Econômica – O campo onde se fazem mais presentes as contradições entre o programa de governo apresentado pelo PT nas eleições de 2002 e o que se viu até o presente momento, sem dúvidas, é o econômico. A se iniciar pelo fato de o governo ter sido composto por uma ampla aliança de diversos partidos, que represen-

tam interesses contrários no interior da sociedade e acabaram por barrar importantes mudanças de interesses da maioria da população nessa área.

Mereceu destaque internacional a atuação do Brasil frente aos BRICs, e na articulação dos “emergentes”, e como os efeitos da crise econômica internacional passaram por nossas terras apenas como uma “marolinha”. Porém, o que passou despercebido de muitos foi o preço necessário pago para sustentar a “estabilidade”.

A política de superávit primário, a manutenção de taxas de juros estratosféricas e a crescente independência do Banco Central são características de um programa econômico liberal que pouco, ou quase nada, se difere do adotado por FHC, que ainda refletem as medidas do consenso de Washington.

A continuidade do pagamento da dívida elevou os gastos do governo, que somadas as medidas de incentivo ao consumo, como expansão de crédito e empréstimos subsidiados a empresas privadas e estatais, acabaram por gerar a chamada pressão inflacionária.

Com isso, para manter a inflação dentro da meta, o Banco Central sustentou o juro básico em nível elevado – hoje, o juro real no Brasil é superior a 5%, enquanto a média internacional está em 0,6%. Neste momento em que a economia dos países desenvolvidos passa por uma grave crise e há uma guerra cambial em curso, os juros altos do Brasil servem para atrair o capital especulativo, que reforça a nossa dependência.

Nesse sentido, como afirmam os economistas alemães Dieter Boris, Stefan Schmalz e Anne Tittor, no artigo “Brasil: mudança política ou continuidade da política neoliberal?” é possível afirmar que a transição anunciada pelo governo Lula não existe, porque “até o presente momento não foram criadas condições que pudessem permitir uma economia em nova direção. Ao contrário: a economia brasileira continua numa situação precária sob o risco constante que se instaure uma nova crise financeira e monetária, pois a tão propagada ‘estabilidade’ econômica continua extremamente dependente do capital especulativo volátil, atraído pelas altas taxas de juros.”

E a continuidade da atual política econômica parece assegurada. Já existem projeções, no Ministério da Fazenda, de metas de superávit primário até o ano que vem.

Horizonte para os trabalhadores – Em linhas gerais, dentre todos os questionamentos e divergências que se apresentam e possam ser levantadas sobre o governo Lula, se há um elemento que, inquestionavelmente, saiu fortalecido após esses 8 anos, este foi o lulismo. Hoje, a população está confiante, satisfeita com o trabalho de seu governante e com as perspectivas de sua sucessora.

Embora tenham que ser reconhecidas, de fato, as melhorias pontuais realizadas – que, em parte, explicam toda eufória –, muito pouco, ou quase nada, foi feito em relação a problemas estruturais de nosso país. Seguimos longe da reforma agrária, continuamos entre os países mais desiguais do mundo e permanecem os banqueiros tendo repasses estatais muito mais significativos do que os pobres, por exemplo.

E aí se apresenta o maior dilema colocado por Lula em todos esses anos. Como dizer para a grande maioria da população que as principais medidas tomadas pelo governo de aprovação recorde seguem prejudicando principalmente aos mais pobres, aos trabalhadores, aos cidadãos comuns? Serão no mínimo mais quatro anos buscando a resposta.



Roberto Paulo